

Ulysses aceita críticas de Sarney



Telefoto de J. França

Após deixar o Palácio, Ulysses informa que a conversa versou sobre a agilização dos trabalhos na Constituinte

BRASÍLIA — Após um encontro de quase uma hora com o Presidente José Sarney, ontem, no Palácio da Alvorada, o Deputado Ulysses Guimarães defendeu o direito de Sarney fazer as críticas que desejar à Assembleia Nacional Constituinte, porque ela "não está acima do bem e do mal". Segundo ele, "qualquer pessoa pode fazer críticas e nem mesmo o Papa invoca mais a sua infalibilidade e sapiência em suas argumentações".

Ulysses disse, ainda, que as críticas construtivas serão aproveitadas quando a nova Constituição estiver sendo votada em segundo turno. E acrescentou que essa fase existe exatamente para corrigir as falhas que tenham sido cometidas no plenário durante as votações em primeiro turno dos dispositivos da futura Carta.

A conversa com o Presidente, de acordo com Ulysses, versou sobre a necessidade de acelerar os trabalhos de elaboração do novo texto constitucional. Ele negou que haja uma clima de confronto entre os Poderes Executivo e Legislativo. Disse que "a soberania da Constituinte deve ser obedecida e este é o entendimento também do Presidente Sarney".

Após se interpellado sobre se a questão do mandato presidencial entrou na pauta da conversa, Ulysses Guimarães irritou-se e apenas respondeu que não entendia o motivo para a obsessão de todos sobre o tema. Ulysses ressaltou, em seguida, que ainda existem cerca de 200 questões polêmicas merecendo a atenção da Constituinte, entre as quais outros direitos dos trabalhadores e a ordem econômica.

Durante a conversa, segundo Ulysses, os dois concordaram com a necessidade de agilização dos trabalhos da Constituinte, principalmente no tocante à definição do mandato e ao

sistema de governo, para que os partidos situacionistas e de oposição se sintam liberados para debater outros temas — principalmente os que dizem respeito à economia — e o Executivo tenha condições de levar adiante os seus programas.

Ulysses Guimarães informou a José Sarney que se reunirá com todas as lideranças partidárias para tentar um acordo nesse sentido, através de uma interpretação mais dinâmica do Regimento Interno da Constituinte, a fim de que possam ser realizadas vo-

tações globais e seja adotado o critério da prejudicialidade.

Quando à possibilidade de uma interpellação do Presidente da República ao Supremo Tribunal Federal sobre a duração do mandato, o Deputado afirmou que o assunto não foi tratado durante a conversa. No entanto, não deixou de ressaltar, mais uma vez, que a Assembleia é soberana para decidir sobre a questão e deverá haver o respeito de todos sobre as definições que venham

a ser adotadas. A esta altura, ele voltou a negar qualquer impasse entre os Poderes Executivo e Legislativo, reafirmando que ninguém está interessado em criar um ambiente tenso ou conturbado para a Nação.

Com relação às críticas feitas pelo Presidente Sarney, na última sexta-feira, em seu programa "Conversa ao Pé do Rádio", endereçadas a uma minoria radical que estaria tentando desestabilizar o seu Governo, Ulysses Guimarães disse que elas não foram reiteradas durante a conversa.

Prisco: conversa diminuiu a tensão

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney reafirmou ao Deputado Ulysses Guimarães que quer ver a nova Constituição pronta o mais rapidamente possível e se reserva ao direito de criticar todos os pontos do novo texto que considere nocivos aos interesses do País. A informação é do Ministro da Habitação e Urbanismo, Prisco Viana, que passou o dia no Palácio Alvorada com o Presidente.

Segundo Prisco, Sarney disse ainda que mantém tudo o que afirmou nas últimas semanas sobre a Constituinte e que irá defender-se de ataques de grupos radicais sempre que necessário. O Ministro disse que a conversa entre Sarney e Ulysses fora cordial e que a intenção dos dois era esclarecer posições e atenuar a tensão política dos últimos dias.

Prisco informou ainda que o Presidente Sarney teve um dia excelente e que estava muito satisfeito por causa do fechamento do acordo com os bancos credores internacionais. O Ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, também passou parte do dia no Palácio Alvorada. O Ministro da Habitação acha

que o Presidente da Constituinte não pode se apegar ao Regimento Interno para negar um horário na tribuna às lideranças fiéis ao Governo:

— Isso só contribui para tensionar o ambiente. Se o Governo dispusesse de um horário para se defender de ataques, alguns até mesmo à honra pessoal do Presidente, boa parte desta crise não aconteceria. Como não há este espaço na Constituinte, o Presidente tem que usar os meios de que dispõe para sua defesa, e aí parece que é ele que está na ofensiva contra a Constituinte, o que não é verdade.

Ulysses Guimarães saiu do Palácio do Planalto impressionado com a mágoa demonstrada pelo Sarney em relação às críticas de corrupção que o Governo tem recebido na Constituinte. Ele ouviu de Sarney algumas explicações sobre o que fará para responder a essas acusações.

Ulysses insistiu na necessidade de se por fim o mais rapidamente aos trabalhos da Constituinte para superar a crise política atual.

Della Manna: 'Ônus serão repassados'

SÃO PAULO — O Diretor do Departamento Intersindical da Federação das Indústrias de São Paulo, Roberto Della Manna, advertiu que os direitos trabalhistas, aprovados nos últimos dias pela Constituinte, levarão as empresas a praticarem uma política realista de empregos. Ele acredita que os ônus decorrentes serão repassados, sem dúvida, aos preços finais.

— Tudo o que foi aprovado não

cabe em Constituição e deveria ser discutido em negociações nas convenções de trabalho.

Para o empresário, a garantia mais absurda é a licença-paternidade de oito dias, porque "no Brasil, homem nenhum fica com sua companheira após o parto". Ele citou que, nos países mais adiantados, essa licença é de um ou dois dias.

— Acho que essa proteção foi baseada nos costumes indígenas.

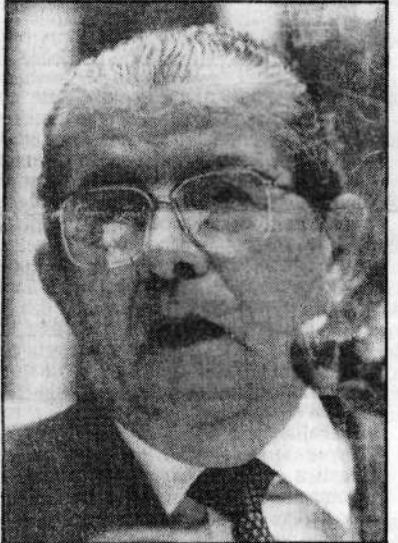
Jarbas Passarinho recusa proposta de regime misto

BRASÍLIA — O Presidente do PDS, Senador Jarbas Passarinho (PA), afirmou que não se devem misturar dois sistemas de governo em um só, ao comentar a proposta de regime apresentada pelo Presidente Sarney, em entrevista exclusiva publicada na edição de ontem do GLOBO. Segundo a proposta de Sarney, o Presidente da República assumiria as funções de Chefe de Estado e de Governo, mas o Congresso Nacional elegeria um Primeiro-Ministro para participar do Governo.

O Senador, que aponta como melhor sistema um presidencialismo com o fortalecimento do Poder Legislativo, acha que devem ser evitados os excessos permitidos pelo sistema atual, como os decretos-lei baixados pelo Presidente da República e a sua competência para vetar iniciativas do Congresso Nacional. Ele citou o caso dos Estados Unidos, país que em sua opinião é o único a adotar um presidencialismo de fato. Lá, o Presidente não pode elaborar decretos com força de lei e a sua atuação é fortemente fiscalizada pelo Legislativo.

O Senador José Fogaça (PMDB-RS), um dos líderes defensores do parlamentarismo, não concordou com a afirmação de Sarney de que essa proposta não permite a possibilidade de dissolução da Câmara dos Deputados. Segundo ele, a emenda apresentada pelo Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), garante ao Presidente da República poderes para dissolver a

Telefoto de Sérgio Marques



Senador defende presidencialismo

Câmara e o próprio Gabinete de governo. Da mesma forma, permite ao Chefe de Estado a convocação de um Primeiro-Ministro de sua inteira confiança.

Para o Senador gaúcho, Sarney está interpretando a proposta de mudança do sistema de governo como uma tentativa de retirar os seus poderes para governar. Por isso, em sua opinião, Sarney está procurando revidar, apresentando sugestões que teriam por objetivo retirar poderes do Congresso.

De acordo com Fogaça, a proposta de o Presidente da República exercer

a chefia do Estado e do Governo, simultaneamente, com a possibilidade de o Congresso eleger um Primeiro-Ministro se tornaria na prática uma cooptação do Legislativo, que acabaria impossibilitado de intervir nas questões administrativas do Poder Executivo.

Jarbas Passarinho concordou com Sarney, quando este afirmou que uma minoria radical tentou obter o controle da Assembleia Nacional Constituinte. Mas para ele, ao contrário do que afirmou o Presidente, não havia o objetivo de desestabilizar o Governo, mas de garantir avanços no texto constitucional, que mais tarde não poderiam ser modificados pelo plenário. No entanto, disse que o Centrão acabou aprovando dispositivos mais progressistas do que os definidos pela Comissão de Sistematização, como, por exemplo, o pagamento de mais 30 por cento do salário ao trabalhador em férias.

Mas o Senador Fogaça considerou pessimista a análise política feita pelo Presidente. O parlamentar afirmou que os peemedebistas históricos conseguiram ser relatores das diversas comissões temáticas e acabaram impedindo que propostas apresentadas contra as instituições fossem aprovadas, como a realização de eleições presidenciais, logo após a promulgação da nova Constituição. Questões como essa, segundo Fogaça, foram todas remetidas à deliberação do Congresso Nacional.

João Alves defende diálogo

ARACAJU — O Governo continua predisposto ao diálogo com a Constituinte, apesar de todos os ataques que tem sofrido; pois entende que, assim procedendo, estará trabalhando para o bem da Nação. A afirmação é do Ministro do Interior, João Alves, que acusou grupos radicais de tentarem criar um clima de confronto entre a Constituinte e o Governo.

— A Constituinte transformou-se num palanque, onde alguns Constituintes, posando de bons mocinhos, usam uma linguagem dura para agradar a platéia, na tentativa de forçar a realização de eleições presiden-

ciais este ano — acusou.

Segundo o Ministro, a ânsia de poder que tem caracterizado a atuação dos radicais na Constituinte coloca em perigo a credibilidade da nova Constituição, no momento em que o povo brasileiro espera uma Carta duradoura e democrática.

— Sabemos que qualquer político tem dois tipos de linguagem: a da campanha, que é afoita e emocional, e a pós-eleição, que é tranquila, serena e dentro da racionalidade — disse, acrescentando que grupos radicais tentam acirrar sentimentos entre o Governo e a Constituinte.

Brossard exalta virtudes do Presidente

PORTO ALEGRE — O Ministro da Justiça, Paulo Brossard, afirmou ontem que até agora não houve qualquer retrocesso na transição, devido principalmente "às qualidades do Presidente José Sarney: à sua tolerância, paciência e sua transigência". Lamentou, porém, que apesar disso, o Presidente não tem sido respeitado e tampouco valorizado nos seus gestos. Brossard criticou a forma como Sarney é tratado.

— O Presidente está sendo tratado como um verdadeiro malfeitor, com uma linguagem virulenta, veemente e exasperada. Não seria diferente se ele fosse um atirador violento. Parlamentarista convicto, Brossard insistiu ser defensor desse sistema de governo "sem arranjos, nem remendos", evitando comentar o regime de presidencialismo parlamentar, proposto pelo Presidente José Sarney. O Ministro concorda que existe um grupo que age descreiosamente, com intenção de inviabilizar o processo de transição.

Brossard lembrou que a atuação deste grupo é notória e que não se preocupa sequer em usar recursos que não são democráticos. Não quis apontar quais são esses recursos, mas afirmou que basta ver as primeiras páginas dos jornais para constatar do que se trata.

Dias apóia proposta de sistema misto

CURITIBA — O Governador Álvaro Dias afirmou ontem que a adoção do presidencialismo parlamentarista, conforme proposta do Presidente José Sarney, seria "o primeiro passo para a implantação definitiva do parlamentarismo, reconhecendo a forma democrática de governo mais aprimorada". Segundo ele, a imediata adoção do sistema de gabinete poderia provocar uma frustração, "já que o País necessita de mudança nas estruturas política, partidária e administrativa para enfrentar nova forma de governo".

Entende o Governador que o sistema misto deveria vigorar durante um mandato (quatro ou cinco anos), de modo a garantir as adaptações necessárias.

— Esse sistema significaria o fortalecimento do Legislativo e seria interessante para a preparação das instituições, de modo a garantir, mais tarde, o êxito do parlamentarismo — disse.

Álvaro Dias lembrou ainda a si-

Chiarelli: cada poder com suas atribuições

PORTO ALEGRE — O Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, criticou ontem o Presidente Sarney por ter defendido, em entrevista exclusiva ao GLOBO, um novo regime de governo para o Brasil (presidencialismo parlamentar) e continuar fazendo pressões sobre a Assembleia Nacional Constituinte. Chiarelli disse que, em vez de estar se ocupando com assuntos que devem ser resolvidos por quem tem legitimidade para isso, o Presidente deveria se preocupar em solucionar a crise econômica conjuntural por que passa o País. Para o Senador, o atual momento político exige que os partidos assumam seu papel de fiadores da transição democrática e façam um verdadeiro pacto social para preservar as instituições.

— Finalmente, surge em Brasília um movimento de co-responsabilidade dos partidos políticos. Não há nada mais importante no momento do que preservar o espaço democrático. Os patrões e empregados já entenderam isso e os partidos começam a se encontrar — afirmou.

Quando ao regime de governo defendido pelo Presidente Sarney, Chiarelli é de opinião que ele nasceria morto, como a maioria dos híbridos. Para o líder pefelista, ou o sistema é presidencialista ou parlamentarista. E a solução para o impasse não está no pacto social proposto pelos partidos, e sim em eleições gerais ainda este ano.

— Entendo que eleições são a maneira mais democrática de se sanar problemas de ordem política. E acho que o Presidente deveria proibir seus Ministros de Estado de se manifestarem sobre assuntos que não têm nada a ver com os de suas pastas.